

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

falsos e os duvidosos. Dentro de cada grupo, as inscrições seguem a ordem clássica do CIL. De cada texto se refere: descrição, leitura (segundo o método de Leiden, precedida de desenho), datação, local de achado (identificado em mapas) e paradeiro, bibliografia e pequeno comentário. Assim são tratados perto de 400 textos.

As observações relativas à falibilidade dos critérios de datação (p. 324-327) são muito pertinentes, tendo F. Beltrán Lloris preferido utilizar em conjunto diversos factores passíveis de fornecer índices cronológicos, como sejam a tipologia dos monumentos e sua decoração, as características epigráficas propriamente ditas (paginação, paleografia), o texto em si (existência ou ausência de fórmulas e de superlativos, modo de identificação dos personagens). Tudo analisado, foi possível estabelecer critérios cronológicos para Sagunto (p. 342) que coincidem, aliás, na sua generalidade, com os que se têm verificado noutras partes da Península.

Cautelosa foi também a forma como o Autor procedeu para delimitar o *territorium* de Sagunto. Afirmando que não há um critério aplicável a todos os casos, F. Beltrán Lloris sustenta que o critério básico há-de ser a configuração geográfica da zona em questão: a partir daí se procurará confirmação mediante a análise dos dados de índole arqueológica, epigráfica ou outros (caso de entidades políticas ou tribais preexistentes). Assim procedeu para o caso concreto de Sagunto: a base foi a geografia conjugada com a presença próxima de *Valentia* e *Edeta* (a Sul), a existência a ocidente dum núcleo epigráfico diferente do saguntino e (a norte) com a geopolítica, a onomástica e as epígrafes de magistrados presumivelmente saguntinos.

De maior interesse ainda a análise prosopográfica, coligindo o Autor todos os dados disponíveis acerca da biografia dos personagens em questão.

Enfim, quanto a nós, um trabalho epigráfico modelar. Um pequeno senão apenas, do ponto de vista gráfico: a utilização do corpo 12 tornou o volume demasiado espesso e, conseqüentemente, não muito cómodo de manusear e obrigou, por outro lado, a uma paginação com muitos brancos onde eles não seriam precisos (p. 276-278, por exemplo), com alguns cortes incorrectos e pouco espaço onde ele seria conveniente para melhor separação entre os textos (vide p. 266 e 267, por exemplo). Mas isso não é decerto da lavra do Autor, que se confirmou dotado dum espírito científico e metódico que muito nos agrada salientar. Daí que fiquemos aguardando com o maior interesse os estudos complementares que anuncia.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

G. C. SUSINI, *Epigrafia Romana*, N.º X, 1 da colecção «Guide alio studio della Civiltà Romana», dirigida por S. Calderone e S. D'Elia. Società Editoriale Jouvence, Roma, 1982. 228 pág., LXIV estampas.

Quis o Prof. Giancarlo Susini elaborar não um manual mas um guia para o estudo das inscrições romanas: «expor alguns problemas e traçar uma pano-

râmica dos valores que a epigrafia fornece como história da comunicação humana ao tempo dos Romanos» (p. 7), no intuito de «melhor se conhecer a história do trabalho humano e debruçarmo-nos um pouco mais sobre aquelas inscrições que constituem a historiografia da gente comum ou daqueles homens que se julgavam alguém, mas só tinham uma pedra para perpetuar a sua memória» (*ibidem*).

A primeira parte do livro trata das inscrições em si: o que é e o que significa o texto epigráfico do ponto de vista social, económico, cultural; os diferentes tipos de inscrições — funerárias (a «historiografia das pessoas»), votivas, dedicatórias («a mensagem política, a memória histórica»), as «comunicações prescritivas e indicativas» (p. 124-130), o *instrumentum* («inscrições móveis e instrumentais» — p. 131-140).

A segunda parte — *Epigrafia, comunicação e História* — aborda essencialmente a vasta problemática da inscrição, da escrita como elemento importante da história cultural: «escrita, magia e símbolo» (p. 143-9), «alfabetização e aculturação, leitura e consenso» (p. 150-6), «epigrafia e representação da realidade social» (p. 157-161). «Epigrafia, história e literatura» (p. 162-4), «as crises da mensagem epigráfica» (p. 165-9), «sobrevivência e sorte do modelo epigráfico romano» (p. 170-4), «integrar e datar as inscrições» (p. 175-7).

A terceira parte — *Eurística e Investigação* — é eminentemente prática, abordando temas como a pesquisa bibliográfica e sua organização, os dados a incluir no estudo da inscrição, as possibilidades de aplicação da informática à epigrafia, normas para a constituição de secções lapidares nos museus, lista de siglas e abreviaturas.

O volume termina por uma ampla série de fotografias exemplificativas, da melhor qualidade, cada qual com oportuna legenda explicativa.

Estão já os epigrafistas e mesmo os historiadores da época romana sobejamente familiarizados com a clareza e perspicaz espírito de análise que caracterizam os trabalhos do director da revista «Epigraphica», desde o seu clássico *Il lapidaria romano* (Bolonha 1966) que aborda já um tema que lhe é particularmente caro: o nascimento da epígrafe, aspectos práticos da sua confecção na oficina epigráfica e aspectos teóricos de mentalidade, a epígrafe como elemento primordial duma cultura. E se, dentre as três partes em que *Epigrafia Romana* se divide, nos pedissem para realçar uma, não hesitaríamos: a segunda. Porque é aí que G. G. Susini se embrenha, pela sagaz comparação com a realidade, numa análise original, simultaneamente simples e profunda, do que o monumento epigráfico representa na história da cultura — o estudo das inscrições funerárias traz ao de cima as culturas da miséria (Óscar Lewis), dá lugar na historiografia «ao homem, ao pobre de todos os dias» (Mazzarino) (p. 99)—inclusive como transmissor de ideologia: «Se pensarmos na importância que os sistemas políticos hoje atribuem à toponímia dos arruamentos (...) havemos de compreender o efeito que nomes lidos e relidos diversas vezes ao dia, à entrada e à saída da cidade, podia suscitar numa comunidade em que a classe curial ocupava largo espaço mesmo entre os sepulcros.

E não era por acaso que o proletariado autêntico (...) era sepultado (...) em valas comuns» (p. 100).

Um outro aspecto extremamente positivo deste trabalho é o profundo conhecimento que o Autor tem de (ousamos dizê-lo) *toda* a bibliografia epigráfica publicada. Dai que seja da maior utilidade a parte final de cada um dos capítulos, onde G. C. Susini apresenta, devidamente comentada, a bibliografia correspondente à temática nele abordada. Nem que fosse só por isso, *Epigrafia Romana* revelava-se já da maior utilidade: a sua modesta aparência de livrinho de bolso esconde, de facto, um marco importante na investigação epigráfica mundial.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Georges FABRE, *Libertus — Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de le République Romaine*, n.º 50 da Collection de l'École Française de Rome, Palais Farnèse, Roma, 1981. XVI + 427 pág., 50 fotografias, 3 mapas.

Depois do volume II das «Fouilles de Conimbriga» (Paris 1976), dedicado à epigrafia daquela cidade lusitana, precedido e seguido por excelentes artigos de síntese acerca da realidade sócio-política da Hispânia Romana (citemos, a título de exemplo, o trabalho sobre a demografia do noroeste peninsular publicado na «Latomus», XXIX, 1970, p. 314-340, as observações acerca dos libertos e a vida municipal na Península Ibérica durante o Alto Império («Actes du Colloque sur PÉsclavage», Besançon 1973, Paris 1976 p. 419-457) — habituámo-nos a ver no Prof. Georges Fabre o historiador metuculoso e arguto que, dotado de sólida formação de epigrafista, sabe tirar do monumento epigráfico total as conclusões mais ajustadas.

A sua actividade docente na Universidade de Pau parecia tê-lo impedido — também — de prosseguir numa investigação deveras promissora, mas aqui está o volume *Libertus*, provando que, afinal, o «silêncio» apenas significava a preparação duma obra verdadeiramente original e meritória.

Pode afirmar-se que até Georges Fabre os libertos eram observados um pouco pela rama, com base em fontes literárias (redigidas por quem tinha em relação a eles naturais preconceitos de classe) ou em textos jurídicos que, baseados muito embora numa realidade, apontam sobretudo os ideais a atingir dentro das normas de convivência social. Nada, porém, que penetrasse um pouco na vida real do liberto, no seu modo de pensar e de agir, no seu relacionamento quotidiano com a família do *patronus*.

Essa, a originalidade desta obra: Georges Fabre lançou mão de todas as fontes historiográficas disponíveis e, nomeadamente, da riqueza inexplorada dos monumentos epigráficos esculturados, a que atribui lugar privilegiado, dando importância a todos os pormenores: ao gesto, à direcção do olhar, às proporções, à paginação do texto. As conclusões da análise são, pois, do